**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL - UDF**
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE JORNALISMO**

**CAMILY OLIVEIRA SILVA ARAÚJO**

# VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PAUTA JORNALÍSTICA: ANÁLISE DA COBERTURA DO PORTAL *G1 DO* CASO DA MINISTRA MARINA SILVA

**BRASÍLIA - DF**
**2025**

**CAMILY OLIVEIRA SILVA ARAÚJO**

# Violência de gênero na pauta jornalística: análise da cobertura do portal G1 do caso da ministra marina silva

Artigo submetido à banca de avaliação do curso de Jornalismo, do Centro Universitário do Distrito Federal - UDF, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientador(a): Prof. Dr. Luiza Spínola Amaral

Brasília, ____ de _____de 2025.

Banca examinadora:

_____
Professor: Dr. Joadir Foresti
Centro Universitário do Distrito Federal – UDF

_____
Professor Guilherme Lobão
Centro Universitário do Distrito Federal – UDF

# VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PAUTA JORNALÍSTICA: ANÁLISE DA COBERTURA DO PORTAL G1 NO CASO DA MINISTRA MARINA SILVA

## *GENDER-BASED VIOLENCE ON THE JOURNALISTIC AGENDA: AN ANALYSIS OF THE COVERAGE BY THE G1 PORTAL IN THE CASE OF MINISTER MARINA SILVA*

Camily Oliveira Silva Araújo

Luiza Spínola Amaral

## RESUMO

O presente artigo examina o episódio envolvendo a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, durante audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, realizada em 27 de maio de 2025, a partir da perspectiva da violência política de gênero e do tratamento midiático conferido ao caso. O estudo tem por objetivo compreender de que maneira o Portal G1, por meio de suas reportagens, construiu a narrativa sobre o evento e quais elementos discursivos revelam práticas de misoginia e estratégias de deslegitimação da autoridade feminina na esfera pública. Trata-se de uma análise de conteúdo qualitativa, baseada na observação e interpretação de oito matérias jornalísticas selecionadas segundo critérios de relevância e contextualização do fato. A metodologia, proposta pro Laurence Bardin, permitiu identificar padrões de linguagem e enquadramento utilizados pelo veículo, evidenciando como o discurso jornalístico pode reproduzir, reforçar ou questionar estruturas simbólicas de dominação patriarcal no cenário político brasileiro. A pesquisa contribui para a reflexão sobre o papel do jornalismo na consolidação da democracia vista do ponto da promoção da igualdade de gênero nos espaços de poder.

Palavras-chave: Jornalismo; G1; Marina Silva; Violência política de gênero; Imprensa.

## ABSTRACT

This article examines the episode involving the Minister of the Environment and Climate Change, Marina Silva, during a public hearing at the Infrastructure Committee of the Federal Senate, held on May 27, 2025, from the perspective of gender-based political violence and the media treatment given to the case. The study aims to understand how the G1 news portal, through its reports, constructed the narrative about the event and which discursive elements reveal practices of misogyny and strategies for delegitimizing female authority in the public sphere. This is a qualitative content analysis, based on the observation and interpretation of eight journalistic articles selected according to criteria of relevance and contextualization of the event. The methodology, proposed by Laurence Bardin, allowed the identification of language and framing patterns used by the media outlet, highlighting how journalistic discourse can reproduce, reinforce, or question symbolic structures of patriarchal domination in the Brazilian political scenario. The research contributes to reflection on the role of journalism in consolidating democracy from the point of view of promoting gender equality in spaces of power.

Keywords: Journalism; G1; Marina Silva; Political Violence of Generosity; Press.

## INTRODUÇÃO

De acordo com a edição de 2025 do mapa “Mulheres na política: 2025” publicados pela ONU Mulheres Brasil, a participação feminina em parlamentos e ministérios permanece estagnada. Embora as Américas representem atualmente a maior proporção de mulheres parlamentares no mundo (35,4%), o Brasil apresenta índices significativamente inferiores à média continental. Apenas 18,1% da Câmara dos Deputados é composta por mulheres, o equivalente a 93 parlamentares. No Senado, elas representam 19,8%, totalizando apenas 16 senadoras. Esses dados colocam o país entre os piores desempenhos globais em termos de representação política feminina. Nos ministérios, o cenário é apenas ligeiramente melhor: 10 das 31 pastas são ocupadas por mulheres, correspondendo a 32,3% dos cargos ministeriais, ainda distante da paridade de gênero já alcançada por nove países, que possuem 50% ou mais de ministras.

O discurso de ódio contra mulheres, amplamente disseminado no Brasil e no mundo nos últimos anos, resulta de um processo histórico baseado em desigualdades estruturais de gênero, raça e classe, que produzem subalternização, desvalorização e opressão sistemática, sustentadas por uma cultura de misoginia[1]. Conforme aponta a cartilha “Mais Mulheres no Poder, Mais Democracia” do Ministério das Mulheres, essas desigualdades implicam restrições concretas ao exercício pleno dos direitos políticos pelas mulheres, configurando-se como violência política de gênero.

Nesse sentido, como observa Albaine (2017), a representação feminina na política institucional está diretamente relacionada ao problema da violência política, “[...] porque não se trata unicamente de expandir os direitos de participação para as mulheres, mas também de acompanhar esse processo gerando mecanismos de proteção para o exercício dos direitos de representação” (Albaine apud Lopes 2024, p. 80).

[1] A misoginia - termo utilizado para se referir à aversão, ao menosprezo, à inferiorização e ao ódio às mulheres - constitui a raiz das desigualdades e violências de gênero e tem repercussões na vida de um número significativo de mulheres no Brasil e em todo o mundo; ocorrendo nos mais diversos espaços relacionais e sociais. (Brasil. 2025, p. 17)

Um caso emblemático dessa realidade ocorreu em 27 de maio de 2025, quando a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, foi convidada a prestar esclarecimentos na Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado Federal. O encontro, que deveria tratar de questões técnicas relacionadas à criação de unidades de conservação da marinha, foi marcado por ataques verbais e episódios de desrespeito à ministra. Durante a audiência, o presidente do colegiado, senador Marcos Rogério (PL-RO), afirmou que ela deveria “se pôr no seu lugar”, após ironizar sua “educação” enquanto ela respondia a questionamentos do senador Omar Aziz (PSD-AM).

Em seguida, ao fazer uso da palavra, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) declarou: “ao olhar para a senhora, estou vendo uma ministra. Não estou falando com a mulher. Estou falando com a ministra”. Com o microfone desligado, Marina respondeu que era “as duas coisas: mulher e ministra”. Diante da reação da ministra, Valério reiterou que “a mulher merece respeito, a ministra não”. O mesmo senador já havia afirmado anteriormente, em outra ocasião, que desejava “enforcar” Marina Silva. A recusa dos parlamentares em se retratar diante dos ataques levou a ministra a deixar a audiência, o que gerou ampla repercussão pública e midiática, reacendendo o debate sobre violência política de gênero e misoginia institucional no Congresso Nacional.

O problema de pesquisa que orienta este trabalho consiste em compreender como o Portal G1 construiu discursivamente o episódio em sua cobertura jornalística e quais elementos presentes nos textos revelam práticas de violência política de gênero. Parte-se da hipótese de que o enquadramento jornalístico pode tanto reforçar estereótipos e desigualdades simbólicas quanto contribuir para a visibilidade e o enfrentamento da violência contra mulheres em posições de poder.

A escolha do tema se justifica pela relevância contemporânea do debate sobre violência política de gênero e pelo papel central que o jornalismo exerce na formação da opinião pública e na construção de representações sociais. O estudo parte do entendimento de que a mídia não apenas informa, mas também produz sentidos sobre os acontecimentos, conforme apontam Castells (1999) e Lévy (1999), ao discutirem o poder comunicacional das redes na construção da realidade social. Do ponto de vista teórico, o estudo busca contribuir para os campos da comunicação e dos estudos de gênero ao dialogar com análises presentes em *Violência Política*

*Contra a Mulher* (2024) e nos materiais do Ministério das Mulheres, que demonstram como práticas de violência simbólica e misoginia institucional limitam a atuação feminina nos espaços de poder. Já do ponto de vista prática profissional, a análise busca refletir sobre a responsabilidade social da imprensa no combate à desigualdade de gênero e na promoção de uma cobertura jornalística equitativa.

Sob esta perspectiva objetivo geral é analisar a cobertura jornalística do Portal G1 sobre o episódio envolvendo a ministra Marina Silva no Senado Federal, identificando os enquadramentos e elementos discursivos que caracterizam a violência política de gênero. Como objetivo específico, pretende-se examinar os padrões linguísticos e narrativos empregados na construção das notícias e suas relações com a reprodução ou contestação de estereótipos de gênero.

A metodologia adotada é a Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2021), que permite investigar sistematicamente sentidos, recorrências e silenciamentos presentes nos textos jornalísticos. A escolha dessa abordagem se justifica pela natureza qualitativa do estudo, cujo propósito é interpretar como o discurso midiático articula construções simbólicas sobre a violência política de gênero.

O desenvolvimento deste artigo está organizado em dois capítulos. O primeiro, “Violência Política de Gênero e a Construção Social da Desigualdade na Política”, fundamenta-se em obras como *Violência Política Contra a Mulher* (2024) e documentos do Ministério das Mulheres, analisando como a deslegitimação e a misoginia institucional estruturam a experiência de mulheres em espaços de poder. O segundo capítulo, “O Papel do Webjornalismo na Construção da Realidade Social”, discute como o jornalismo digital molda percepções públicas e influencia a construção social da política, dialogando com autores como Manuel Castells (1999) e Pierre Lévy (1999).

## 1 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota como técnica principal a análise de conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin (2021). A autora descreve essa metodologia como um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos voltados à descrição do conteúdo das mensagens, permitindo gerar indicadores, quantitativos ou não, que

possibilitam inferir conhecimentos sobre as condições de produção e de recepção dessas comunicações.

Bardin (2021) explica ainda que pertencem ao domínio da análise de conteúdo:

> todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão desde conteúdo, com o contributo de índices passiveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas que, embora parciais são complementares. Esta abordagem tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas, referentes a origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens). (Bardin. 2021, p.44).

A partir dessa técnica, a pesquisa se desenvolve por meio de uma abordagem qualitativa, orientada à interpretação dos sentidos produzidos pela cobertura jornalística do Portal G1 acerca do episódio de violência política envolvendo a ministra Marina Silva.

O *corpus*[2] da pesquisa foi inicialmente levantado a partir de uma busca ampla no Portal G1 (incluindo G1, G1News, Jornal Nacional e jornais regionais), utilizando palavras-chave relacionadas ao episódio — “ministra Marina Silva”, “Comissão de Infraestrutura”, “Senado” e “maio”. A busca retornou 51 publicações que continham ao menos uma dessas expressões. Entretanto, grande parte dos resultados não se adequava ao recorte proposto, por se tratar de notas breves, republicações automáticas, conteúdos opinativos, colunas, entrevistas de terceiros, ou análises interpretativas.

Além desses, foram igualmente identificadas publicações audiovisuais — como reportagens televisivas, vídeos incorporados e trechos de programas jornalísticos (G1News e Jornal Nacional). Entretanto, tais materiais foram excluídos do *corpus*, pois o objetivo deste estudo é realizar uma análise de conteúdo textual, o que exige a uniformidade do material analisado e inviabiliza a comparação metodológica entre

[2] O corpus é um conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos (Bardin, 2021, p. 122).

discursos verbais orais e discursos verbais escritos. Dessa forma, optou-se por analisar exclusivamente textos jornalísticos.

Após a aplicação dos critérios de relevância temática e textual, o *corpus* foi reduzido às matérias que narravam diretamente o acontecimento e suas repercussões imediatas. Embora o desenho inicial da pesquisa previsse a coleta de conteúdos publicados até um mês após o episódio, para verificar possíveis atualizações ou aprofundamentos, a filtragem revelou que não houve novas reportagens factuais dentro desse período que atendessem aos critérios estabelecidos. Assim, o conteúdo relevante concentrou-se exclusivamente nas reportagens publicadas no dia do acontecimento e no dia imediatamente posterior, quando ainda houve uma matéria adicional sobre o caso. Dessa forma, o *corpus final* é composto por oito matérias jornalísticas, selecionadas por apresentarem relato direto, informativo e factual da audiência pública e de suas repercussões.

O Portal G1 foi escolhido por reunir múltiplas plataformas jornalísticas sob um mesmo conglomerado de comunicação, o que possibilita observar convergências e divergências narrativas entre diferentes versões do grupo. Além disso, suas ferramentas de busca por data e palavras-chaves permitem rastrear conteúdos com precisão, facilitando a coleta do *corpus* e assegurando a transparência do processo metodológico.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Violência Política de Gênero e a Construção Social da Desigualdade na Política

A violência política de gênero é um fenômeno que se manifesta em diferentes intensidades e contextos, refletindo a estrutura desigual e historicamente patriarcal das relações de poder na sociedade. No campo político, essa forma de violência busca silenciar, deslegitimar e intimidar mulheres que ocupam espaços de decisão, por meio de ataques que vão desde ofensas simbólicas até agressões verbais e físicas. Segundo a Cartilha “Mais Mulheres no poder, mais democracia” (2024):

> Entende-se por violência política contra as mulheres qualquer ação ou omissão que provoque dano ou sofrimento físico, sexual, moral, psicológico ou patrimonial às mulheres, com base no gênero, praticada com o objetivo de impedir o reconhecimento, gozo, fruição ou exercício dos direitos políticos e liberdades políticas fundamentais. A violência política contra as mulheres pode ser praticada individual ou coletivamente, direta ou indiretamente, ou contra sua família, nos espaços públicos ou privados, incluídos ambientes virtuais. (Brasil. 2024, p 18).

A violência política, portanto, não se restringe a agressões diretas, mas abrange também formas sutis e discursivas, que visam questionar a capacidade das mulheres e restringir sua legitimidade no exercício do poder. Esse tipo de violência se ancora em uma lógica patriarcal, na qual o espaço público é tradicionalmente entendido como masculino, e a presença de mulheres é vista como intrusão. As autoras explicam que os ataques às mulheres na política têm o objetivo de "recuperar a hegemonia masculina do campo político que passa a ser considerada como ameaçada em razão da maior presença das mulheres nos espaços de poder" (Lopes, 2024, p. 203).

De acordo com o *Guia de Direitos diante da Violência Política contra Mulheres* (2025), a violência política contra as mulheres pode manifestar-se de diversas formas: física, sexual, psicológica, moral, econômica e simbólica (p. 5-8).

- Violência física inclui agressões que ameaçam a integridade física e podem resultar em feminicídio político, como no caso emblemático de Marielle Franco.
- Violência sexual abrange desde assédio até divulgação não autorizada de imagens íntimas, além de lesbofobia e transfobia.
- Violência psicológica/moral implica em ameaças, humilhações, perseguição, *fake news* e *stalking* (perseguição online).
- Violência econômica visa manter a submissão das mulheres por meio de controle financeiro e desigualdade no acesso a recursos eleitorais.
- Violência simbólica é uma forma invisível de agressão que reforça estereótipos de gênero, desqualifica a competência feminina e reproduz o patriarcado, muitas vezes associada a preconceitos diversos

Segundo o *Guia de Direitos diante da Violência Política contra Mulheres* (Brasil, 2025, p. 23-25), a violência política contra mulheres produz efeitos que ultrapassam o

âmbito individual e impactam também as instituições e a própria democracia, reforçando desigualdades de gênero. No plano individual, essa violência provoca danos à saúde mental e emocional, como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, além de envolver riscos físicos, agressões e até casos extremos de feminicídio. Também leva muitas mulheres a desistirem da vida política, prejudica suas reputações por meio de difamações e circulação de *Fake News* e compromete sua permanência e credibilidade no espaço público.

No campo institucional, a violência política reduz a diversidade e a representatividade nos espaços de poder, perpetuando a sub-representação feminina e criando ambientes hostis que dificultam a atuação plena das mulheres. Esse cenário fragiliza a formulação de políticas públicas voltadas para igualdade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos e combate à violência doméstica, ao mesmo tempo em que reforça estereótipos que deslegitimam a competência feminina na política. Em termos sociais e democráticos, essa forma de violência alimenta uma cultura de medo e silenciamento que desencoraja novas gerações de mulheres, especialmente negras, indígenas, periféricas e LGBTQIA+, a participarem da vida política ou assumirem posições de liderança. Tal dinâmica compromete a qualidade da democracia, aprofunda desigualdades estruturais, normaliza discursos de ódio e contribui para a desconfiança da população nas instituições, especialmente quando o Estado não assegura proteção adequada às mulheres que são alvo dessas agressões. A violência política de gênero, portanto, é uma ameaça não apenas às mulheres individualmente, mas também ao próprio direito democrático de participação política.

No caso de figuras públicas como a ministra Marina Silva, o desrespeito manifestado por parlamentares em um espaço institucional, somado a declarações de cunho misógino e à tentativa de desmoralizá-la publicamente, insere-se nessa lógica de violência política de gênero. Ao afirmar que “a mulher merece respeito, a ministra não”, o senador reproduziu uma estratégia simbólica de dissociação entre a função pública e o gênero feminino, negando à ministra o reconhecimento institucional devido ao seu cargo. Essa fala traduz o que Twig Santos Lopes, autora do livro Violência Política Contra a Mulher (2024, p. 204) descrevem como violência simbólica, como uma “tentativa de afetá-las psicologicamente, de afastá-las da esfera pública e de minar o exercício das suas atuações funcionais”.

> [...]Os espaços parlamentares sustentam e reproduzem padrões sociais de subordinação e de dominação contra as mulheres, semelhantes àqueles existentes em outros planos da sociedade, não sendo possível dissociar a violência política das violências do colonialismo patriarcal e racista estruturantes do Estado Brasileiro (Matos apud Lopes 2021, p.128-129).

De acordo com a autora (2024, p. 203), a violência política contra mulheres requer uma abordagem ampla, multidisciplinar e interseccional, considerando que suas manifestações variam conforme marcadores de gênero, raça, classe e sexualidade. Então no caso da Marina Silva, além do machismo explícito, pode-se identificar elementos de racismo estrutural e elitismo institucional, uma vez que sua trajetória — mulher negra, de origem humilde e da região amazônica — confronta diretamente as hierarquias de poder historicamente consolidadas no cenário político brasileiro.

Na sociedade contemporânea, marcada pela hipervisibilidade midiática e pela circulação intensa de discursos nas redes digitais, o tratamento dado às mulheres políticas pela imprensa se torna ainda mais decisivo. A forma como a mídia enquadra esses episódios — seja enfatizando o conflito, o tom emocional ou o questionamento da autoridade feminina — contribui para a consolidação de narrativas misóginas que associam mulheres a fragilidade, descontrole emocional ou incapacidade técnica. O Guia enfatiza que a violência política contra mulheres nas redes sociais tem se intensificado, impactando candidatas, parlamentares e ativistas. “Essa violência pode se manifestar por meio de discursos de ódio, ataques coordenados, assédio moral e campanhas de desinformação” (Heinen et al, 2025, p. 36).

De acordo com o livro Violência Política Contra a Mulher*:*

> As reações violentas contra a incorporação das mulheres na política formal e informal vão desde atos explícitos de violência e assédio até intimidações, estereótipos sexistas/racistas e violências simbólicas facilitadas pelo anonimato e amplo alcance que a internet e as redes sociais possibilitam (Lopes, 2024, p. 153).

O caso analisado neste estudo, exemplifica diretamente as formas de violência simbólica e política de gênero descritas pelo Guia. Além da fala do senador Plínio Valério, que declarou que “a mulher merece respeito, a ministra não", ocorreram outros episódios que indicam um padrão continuado de tentativa de deslegitimar e silenciar a ministra durante sua participação institucional.

Em um dos momentos do debate, o senador Marcos Rogério (PL-RO) ordenou que Marina Silva “se pusesse no seu lugar", expressão carregada de uma forte carga simbólica patriarcal, pois sugere um lugar socialmente pré-determinado para as mulheres — associado à subordinação. Marina respondeu afirmando que “não sou uma mulher submissa", refutando a tentativa de inferiorização e expondo publicamente o caráter misógino da interpelação. Esse episódio ilustra exatamente o que o Guia (2025, p. 8) define como violência simbólica, por “perpetuar estereótipos de gênero que inferiorizam as mulheres, seja por comentários desrespeitosos que desqualificam a competência das mulheres para a política ou comportamentos que reproduzem a lógica do patriarcado”.

Além das falas misóginas, foram registradas interrupções constantes e, em determinado momento, o microfone da ministra foi cortado, impedindo-a de concluir sua fala. Essa ação objetiva de silenciamento é uma forma material que expressa e operacionaliza a violência política de gênero. Conforme explica o Guia, o corte do microfone simboliza a tentativa de retirar da ministra o direito à palavra e ao pleno exercício de suas funções enquanto autoridade pública.

Essa forma de violência é socialmente naturalizada e frequentemente passa despercebida, constituindo a base que sustenta todas as demais formas de violência. Ela cria um ambiente cultural em que a inferiorização da mulher é vista como algo aceitável ou corriqueiro. Esses acontecimentos, tomados em conjunto, ilustram precisamente o conceito de violência simbólica descrito pelo Ministério das Mulheres como uma forma de agressão praticada por meio de discursos, gestos e ações que reafirmam a inferioridade das mulheres e restringem sua atuação pública. Muitas vezes, essa violência é naturalizada como parte do debate político, mas carrega profunda intenção de subordinação. O Guia enfatiza que a violência simbólica estabelece um fundamento cultural que permite que mulheres sejam interrompidas, desrespeitadas e hostilizadas em ambientes institucionais sem que isso seja imediatamente percebido como uma forma de violência.

Esse fenômeno está diretamente relacionado ao *manterrupting* — termo em inglês que combina as palavras *man* (homem) e *interrupting* (interrompendo) — e designa homens que interrompem mulheres no meio de suas falas, impedindo a conclusão do raciocínio. Essa prática, típica do patriarcado, apesar de frequente,

costuma ser invisibilizada e não reconhecida prontamente como uma forma de violência.

### 2.2 O Papel do webjornalismo na Construção da Realidade Social

A transformação das tecnologias de comunicação, especialmente a partir da consolidação da internet, modificou profundamente a forma como indivíduos e sociedades constroem suas percepções sobre o mundo. Tanto Pierre Lévy quanto Manuel Castells dedicam parte significativa de suas obras a explicar como a circulação de informações em rede redefine práticas sociais, culturais e políticas. No contexto deste estudo, essa perspectiva é fundamental para compreender de que maneira o jornalismo digital — em especial os portais de notícias — molda a interpretação de episódios de violência política de gênero, como o ocorrido com a ministra Marina Silva.

Castells (1999) descreve a contemporaneidade como uma “sociedade em rede”, estruturada por fluxos contínuos de informação que influenciam decisões, crenças e comportamentos. Para o autor, “o poder é exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas”. Isso implica que a disputa política não se limita às instituições formais, mas se estende ao campo simbólico, no qual a mídia e a internet se tornam agentes centrais na formação da opinião pública.

De forma complementar, Lévy (1999) entende a internet como um ambiente de produção coletiva de sentido, no qual múltiplos atores participam da construção de narrativas. Para ele, as tecnologias digitais constituem “a infraestrutura do ciberespaço, novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado da informação e do conhecimento” (LÉVY, 1999, p. 34). Nesse cenário, o leitor deixa de ser um receptor passivo e passa a atuar ativamente na circulação de discursos, o que amplia a responsabilidade editorial dos meios digitais quanto aos enquadramentos, às escolhas narrativas e às formas de apresentação dos fatos. Como observa Lévy, “uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos [...] independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais”

(Lévy, 1999, p. 133). As telecomunicações, segundo o autor, possibilitam “transmissões de saber, trocas de conhecimentos e descoberta pacífica das diferenças” em escala global (Lévy, 1999, p. 19).

No cenário político, Castells (1999) identifica a mídia como um espaço de poder no qual diferentes atores disputam legitimidade, visibilidade e influência. Quando ocorre um episódio de violência política de gênero, os portais de notícias se tornam mediadores centrais da compreensão pública do acontecimento. A escolha da manchete, a seleção das falas, a ordem dos eventos e o modo de contextualização criam enquadramentos que afetam a percepção social sobre o episódio e a natureza da violência praticada.

Lévy (1999) reforça ainda que, na cibercultura, o ciberespaço funciona como alternativa às mídias de massa tradicionais, pois permite que indivíduos e grupos encontrem informações de interesse e difundam suas próprias versões dos fatos, inclusive por meio de imagens, sem mediação jornalística. No ciberespaço, ocorre uma “troca recíproca e comunitária”, em contraste com a comunicação unidirecional das mídias clássicas, onde os receptores permanecem isolados (Lévy, 1999, p. 206). Esse ambiente caracteriza-se pela “inteligência coletiva”, na qual significados são negociados continuamente. Como afirma o autor, qualquer expressão pública no ciberespaço “abona uma determinada versão dos fatos” e contribui para “fazer advir um dos futuros possíveis”, visto que não existe abordagem neutra ou objetiva da cibercultura (Lévy, 1999, p. 211).

Nesse sentido, o jornalismo digital não somente relata acontecimentos, mas participa da constituição da realidade social, influenciando como categorias como “violência política”, “machismo estrutural” ou “violência simbólica” são reconhecidas e debatidas. Assim, analisar como portais como *G1* organizam e apresentam informações é essencial para compreender como a mídia digital contribui para moldar a percepção pública sobre a violência política de gênero.

## 3 ANÁLISE

A análise será desenvolvida em três etapas, conforme a estrutura proposta por Bardin (2021):

1. Pré-análise;
2. Exploração do material;
3. Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Bardin (2021, p. 121) define a pré-análise como a fase de organização da pesquisa. Segundo a autora, esse momento tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de modo a orientar com precisão o desenvolvimento das operações sucessivas no plano analítico. Essa etapa envolve três movimentos principais: a seleção dos documentos que serão analisados, a formulação de hipóteses ou objetivos e a elaboração de indicadores que embasam a interpretação final.

A pré-análise inicia-se pela leitura flutuante, em que o pesquisador estabelece um primeiro contato com o material, captando impressões gerais antes de formular hipóteses específicas. Em seguida, ocorre a constituição do *corpus* e a definição das hipóteses e objetivos — entendidos como diretrizes provisórias que orientam o processo da análise. Outro passo é a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, que consiste na identificação de elementos relevantes do texto e sua organização sistemática. Por fim, realiza-se a preparação do material, etapa destinada aos ajustes necessários antes da análise detalhada.

Para a pré-análise, as matérias foram organizadas na tabela abaixo:

Tabela 1 – Organização das matérias

| **Matéria** | **Título** | **Subtítulo** | **Veículo** |
|---|---|---|---|
| 1 | 'Me senti agredida, mas saio fortalecida', diz Marina Silva após ofensas em comissão do Senado | Ministra do Meio Ambiente deu entrevista à G1News após senador mandá-la 'se pôr em seu lugar' durante audiência pública: "Ninguém vai dizer qual é o meu lugar", afirmou Marina. | G1 |
| 2 | Marina Silva é ofendida por parlamentares, tem microfone cortado e se retira de sessão no Senado | O senador Marcos Rogério, do PL, presidente da Comissão, disse que Marina Silva deveria "se por no seu lugar". E o senador Plínio Valério, do | Jornal Nacional |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | PSDB, afirmou que respeitava a mulher, mas não a ministra. | |
| 3 | Marina Silva é ofendida por parlamentares, tem microfone cortado e se retira de sessão no Senado | Marcos Rogério (PL-RO) ironizou queixas da ministra e a impediu de falar durante audiência no Senado. Após novo bate-boca, Marina decidiu ir embora; Ministério das Mulheres repudiou conduta. | G1 |
| 4 | O que motivou ataques a Marina Silva no Senado: 'Fui agredida fazendo meu trabalho' | O senador Plínio Valério (PSDB-AM), ao cumprimentar Marina, afirmou que desejava "separar a mulher da ministra", porque a mulher "merecia respeito" e a ministra, não. | G1 |
| 5 | 'Me senti agredida fazendo meu trabalho', diz Marina após bate-boca em comissão do Senado | Ministra teve microfone cortado e ouviu ataques de senadores durante audiência. Ela se retirou da sessão após dizer que não aceitaria ser desrespeitada no exercício do cargo. | G1/G1 News |
| 6 | Brutalidade contra Marina Silva escancara tentativa de calar pela força | Ministra ouviu ‘ponha-se no seu lugar’ e reagiu com firmeza. Episódio revelou tentativa de silenciamento diante da força de quem já superou obstáculos muito maiores. | G1 |
| 7 | Ataque a Marina Silva pode ser enquadrado no Código Penal | Procuradores ouvidos pelo blog afirmam que episódio é grave, mas que Ministério Público depende da representação da ministra ou AGU; senador mandou ministra 'se colocar no seu lugar'. | G1 |
| 8 | Bate-boca entre Marina e senador ocorreu em reunião sobre reservas extrativistas; entenda o contexto | A área das unidades defendidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) fica na margem Equatorial, onde há uma queda de braço entre governo e MMA para a exploração de petróleo. | G1 |

Fonte: elaborada pela autora, 2025.

A exploração do material corresponde à aplicação sistemática das decisões tomadas na pré-análise. Essa fase consiste essencialmente em operações de

codificação, decomposição e enumeração. Para Bardin (2021, p. 129), “tratar o material é codificá-lo”. A codificação envolve transformar os dados brutos do texto em unidades analisáveis, permitindo alcançar uma representação do conteúdo capaz de evidenciar suas características e fornecer indicadores significativos ao processo interpretativo.

No âmbito da análise quantitativa, a codificação exige três escolhas fundamentais:

- Recorte: definição das unidades de registro;
- Enumeração: escolha da regra de contagem;
- Classificação: formação das categorias.

A unidade de registro é definida por Bardin (2021) como a unidade de significação a ser codificada, correspondendo ao segmento do conteúdo considerado como base para categorização e contagem frequencial. Entre os possíveis tipos de unidade de registro, destaca-se o tema, compreendido como uma unidade de significação que emerge naturalmente do texto segundo critérios teóricos estabelecidos. Realizar uma análise temática consiste em identificar os núcleos de sentido que compõem a comunicação, cuja presença — ou frequência de aparição — pode revelar aspectos relevantes para o objetivo analítico. A autora destaca que não existe uma definição rígida de análise temática, assim como não há definição fechada para unidades linguísticas.

A enumeração corresponde à mensuração da frequência das unidades de registro. É a medida mais utilizada e atribui peso igual a todas as ocorrências, considerando que cada elemento possui a mesma relevância no conjunto analisado.

A categorização, por sua vez, é uma operação de classificação dos elementos constitutivos do material, realizada por diferenciação e posterior reagrupamento segundo critérios previamente estabelecidos. O critério pode ser semântico, ao reunir unidades de registro que compartilham características semelhantes. Conforme explica Bardin (2021), “classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que permite seu agrupamento é a parte comum existente entre eles”.

A análise das oito matérias do Portal G1(em anexo) revela um conjunto consistente de elementos discursivos comuns na descrição do episódio envolvendo a ministra Marina Silva, mas também distinções significativas no modo como cada texto estrutura, contextualiza e enquadra o acontecimento. De modo geral, todas as matérias utilizam um vocabulário que insiste na noção de conflito — com expressões como “bate-boca”, “embates”, “tumulto”, “ofensas” e “discussão acalorada” — e registram explicitamente práticas de silenciamento, sobretudo por meio da recorrência de “microfone cortado”, “impedida de falar” e “foi interrompida”. Do mesmo modo, todos os textos reconhecem que a saída abrupta da ministra, ainda que variem as expressões escolhidas: a saída aparece como “abandonou a audiência”, “se retirou da sessão”, “se levantou e saiu” ou “deixou o plenário”. Essa constância vocabular revela uma padronização do enquadramento do caso como um episódio de conflito institucional marcado por práticas de deslegitimação, interrupções sucessivas e tensões crescentes.

Apesar disso, cada matéria constrói seus sentidos de forma distinta. A Matéria 1, do G1 com identificada com o título: 'Me senti agredida, mas saio fortalecida', diz Marina Silva após ofensas em comissão do Senado, apresenta um enfoque mais factual e objetivo, resumindo o acontecimento como “ofensas em comissão” e descrevendo a dinâmica dos “bate-bocas” que levaram à retirada da ministra. O texto utiliza verbos e expressões que reforçam o silenciamento — “chegou a ser impedida de falar”, “Rogério havia cortado o microfone de Marina várias vezes” — e mantém o foco quase exclusivo nas hostilidades sofridas por ela, com contextualização mínima da pauta ambiental. Essa matéria também recupera o histórico de violência verbal praticado por Plínio Valério, lembrando o episódio em que ele afirmou ter “vontade de enforcá-la”, reforçando assim o caráter reiterado da violência.

A Matéria 2, do Jornal Nacional com o título: “Marina Silva é ofendida por parlamentares, tem microfone cortado e se retira de sessão no Senado”, apresenta uma reconstrução muito mais extensa e detalhada, reproduzindo longas sequências de falas e intercâmbios verbais. Não há, como dito anteriormente, expressões como “negou a palavra”, mas há diversas menções diretas ao silenciamento, como “o

microfone dela foi cortado mais uma vez” e interrupções explícitas por parte de Marcos Rogério e Omar Aziz. A matéria também destaca que Marina falava “mesmo com o microfone desligado” e descreve, quase linha a linha, a progressão da tensão. Além disso, incorpora falas de apoio de outros parlamentares e contextualiza mais profundamente a discussão sobre a BR-319 e o licenciamento ambiental. É nesse texto — bem como na Matéria 3 e na Matéria 8 — que aparece com destaque a fala do senador Omar Aziz, que afirma que Marina “atrapalha o desenvolvimento do país”, discurso que reforça a tentativa de desqualificá-la não apenas como ministra, mas como agente legítima no debate técnico. Nessas matérias, Aziz surge como figura central na ampliação do conflito, contribuindo para o ambiente de hostilidade que se desdobrou nos ataques posteriores. Em comparação às demais, essa matéria é a que apresenta maior riqueza de diálogos, maior variedade de vozes e a narrativa mais completa do episódio.

A Matéria 3, do G1 com o título: “Marina Silva é ofendida por parlamentares, tem microfone cortado e se retira de sessão no Senado”, retoma muitos elementos da Matéria 1 — como os cortes de microfone e a frase “se ponha no seu lugar” —, mas dedica maior espaço à disputa de versões, destacando notas oficiais de Marcos Rogério nas quais ele tenta ressignificar sua fala, argumentando que se tratava do “lugar institucional” da ministra e acusando a esquerda de “deturpar” suas palavras. A matéria reforça a acusação de machismo feita pela senadora Eliziane Gama, do PSD, e menciona novamente o histórico de violência verbal de Plínio Valério. Mas, diferentemente da Matéria 2, ela não reconstrói todo o debate e se concentra mais na repercussão política e na disputa discursiva em torno do episódio do que na cronologia da audiência.

A Matéria 4, do G1com o título: “O que motivou ataques a Marina Silva no Senado: 'Fui agredida fazendo meu trabalho', por sua vez, dialoga com elementos narrativos das anteriores — como a menção ao microfone cortado, às interrupções e à frase de Plínio separando “a mulher da ministra” —, mas apresenta uma contextualização ambiental muito mais ampla, abordando detalhadamente a pauta da Margem Equatorial, o processo de criação de unidades de conservação, a pressão por exploração de petróleo e o debate sobre a BR-319. Ainda assim, mantém o eixo central no caráter machista das falas dirigidas à ministra, empregando expressões

como “declarações consideradas machistas e ofensivas”, e classificando o episódio como marcado por “embates e acusações de machismo”. Nesse sentido, mescla significativamente a pauta ambiental com a perspectiva de gênero.

A Matéria 5, da G1 News com o título: 'Me senti agredida fazendo meu trabalho', diz Marina após bate-boca em comissão do Senado”, se diferencia por enfatizar a perspectiva subjetiva da vítima. O texto se concentra nas falas de Marina após o episódio, destacando que ela se sentiu “agredida” fazendo seu trabalho e que avalia possíveis medidas jurídicas. Embora registre elementos objetivos — como o microfone cortado e o ataque de Plínio Valério —, a matéria prioriza o discurso da ministra, reforçando sua compreensão da situação como violência e sua oposição à submissão (“o que nunca vão ter de mim é submissão”). É, portanto, uma matéria centrada nos desdobramentos e no posicionamento pessoal da ministra, mais do que na reconstrução completa da audiência.

A Matéria 6, do G1 com o título: “Brutalidade contra Marina Silva escancara tentativa de calar pela força”, escrita pela Natuza Nery se destaca como a única com tom editorial e opinativo. Seu título já antecipa esse enquadramento — “Brutalidade contra Marina Silva escancara tentativa de calar diante da força” — e o texto faz afirmações valorativas explícitas, como “não houve tentativa de vencer no argumento ou no debate, houve tentativa de vencer no ataque”. Também é a única matéria que contextualiza a trajetória de vida da ministra, narrando aspectos de sua infância e vinculando sua história à ideia de resistência. Além de tratar dos cortes de microfone e das frases machistas, o texto constrói uma defesa explícita da ministra e interpreta o episódio como parte de uma tentativa deliberada de silenciamento. Assim, é o único material cuja função vai além da informação e se aproxima da análise política.

A Matéria 7, também do G1 com o título: Ataque a Marina Silva pode ser enquadrado no Código Penal, se diferencia profundamente de todas as outras porque abandona a descrição do acontecimento e se dedica a analisar os desdobramentos jurídicos. O texto afirma que o ataque pode ser enquadrado no Código Penal, mesmo que a Lei 14.192/2021 [3] não se aplique diretamente, e recupera falas de especialistas,

[3]Esta Lei estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, nos espaços e atividades relacionados ao exercício de seus direitos políticos e de suas funções públicas, e para

notas de autoridades, reações políticas e processos já existentes — como o processo contra Plínio pela fala sobre “enforcar” a ministra. É também uma matéria que, de forma explícita, incorpora a violência política de gênero no enquadramento, citando a lei, a misoginia mencionada por ministras e as interpretações penais possíveis. Assim, não apenas reforça a gravidade do episódio, como o insere no campo jurídico-institucional da violência.

Por fim, a Matéria 8, do G1 com o título: Bate-boca entre Marina e senador ocorreu em reunião sobre reservas extrativistas; entenda o contexto, é a única cujo foco principal não é o conflito. Embora mencione as falas machistas, as interrupções e a frase “se ponha no seu lugar”, ela dedica a maior parte do texto à contextualização da audiência, explicando detalhadamente o que estava sendo discutido — as reservas extrativistas, os blocos de exploração de petróleo, o histórico do processo, as pressões políticas e os conflitos entre MMA e governo. O conflito aparece como consequência da pressão sobre a ministra e como parte de um cenário mais amplo, não como o tema central. É, portanto, a matéria que mais relativiza o episódio em função da pauta ambiental.

Assim, a análise das oito matérias do Portal G1 revela que, embora cada texto apresente um enfoque próprio, há um núcleo comum que atravessa toda a cobertura: a narrativa do conflito, a identificação dos mecanismos de silenciamento e o registro de falas machistas e ofensivas dirigidas à ministra Marina Silva. As matérias convergem no reconhecimento de que o episódio constituiu uma situação de hostilidade institucional, ainda que variem entre enquadramentos de caráter factual, descritivo, interpretativo, opinativo e contextual-técnico. Essa diversidade evidencia como um mesmo acontecimento pode ser reconstruído discursivamente de maneiras distintas dentro de um mesmo conglomerado midiático, oscilando entre narrativas que reforçam a violência política de gênero, contextualizações mais amplas da pauta ambiental e tensões entre os agentes envolvidos.

---

assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais e dispõe sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral. (Brasil. LEI 14.192 DE 4 DE AGOSTO DE 2021)

Apesar dessas variações, o conjunto das matérias demonstra que o veículo enquadrou de forma consistente o episódio como um caso de violência política. Em todas elas aparecem elementos centrais desse fenômeno, como interrupções sucessivas, impedimentos de fala, cortes de microfone, ironias, ataques pessoais e formulações que deslegitimam a autoridade da ministra associando-a ao fato de ser mulher. Tais práticas são destacadas como parte estrutural da dinâmica de violência simbólica e de gênero nas instituições políticas.

As escolhas lexicais reforçam esse enquadramento: expressões como “ofensas”, “brutalidade”, “silenciamento”, “atacada”, “foi alvo”, entre outras, aparecem recorrentemente para caracterizar a postura dos senadores e os efeitos de suas ações. Em matérias com enfoque jurídico, o reconhecimento é ainda mais explícito, por meio da referência direta à legislação de enfrentamento da violência política de gênero, o que indica que o próprio veículo compreende o episódio dentro desse marco legal. Mesmo naquelas cujo foco principal é a contextualização ambiental ou o andamento técnico da audiência, as agressões, interrupções e mecanismos de silenciamento são tratados como elementos fundamentais para a compreensão do fato. Assim, a cobertura sinaliza que houve um ataque institucional à ministra, interpretado não apenas como conflito político, mas como violência política marcada por gênero.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou como o Portal G1 enquadrou o episódio de violência política de gênero dirigido à ministra Marina Silva durante audiência no Senado Federal, articulando essa investigação ao contexto mais amplo da sub-representação feminina na política e dos padrões históricos de misoginia estrutural apresentados na introdução. Partiu-se da constatação de que a participação das mulheres na política brasileira permanece significativamente aquém da média internacional e de que, conforme demonstram estudos institucionais e a literatura especializada, esta desigualdade se manifesta também por meio de práticas simbólicas e discursivas que buscam deslegitimar mulheres em posições de autoridade. Essa compreensão teórica fundamentou o interesse pelo caso analisado, destacando sua relevância social e científica.

O trabalho aprofundou os conceitos de violência política de gênero, silenciamento simbólico e desigualdade estrutural, com base em obras como Violência Política Contra a Mulher (2021) e documentos do Ministério das Mulheres. Paralelamente, discutiu-se o papel do jornalismo digital e da circulação informacional na formação da opinião pública, a partir das contribuições de Castells (1999) e Pierre Lévy (1999), reforçando a ideia de que os meios de comunicação não apenas registram fatos, mas constroem sentidos, moldam percepções e disputam narrativas no espaço público. A metodologia, fundamentada na Análise de Conteúdo de Bardin, permitiu examinar sistematicamente as estratégias discursivas presentes nas matérias jornalísticas, observando vocabulário, enquadramentos e elementos simbólicos que compõem a construção do acontecimento no discurso midiático.

A análise das oito matérias selecionadas demonstrou que o Portal G1 enquadrou o episódio como violência política, ainda que com variações de ênfase e enfoque. Em todos os textos, identificaram-se mecanismos discursivos que evidenciam tentativas de silenciar e deslegitimar a ministra — interrupções, cortes de microfone, ataques pessoais e falas marcadamente machistas. Apesar das diferenças entre matérias mais factuais, amplamente descritivas, opinativas ou voltadas à contextualização ambiental, a violência política de gênero aparece como núcleo interpretativo transversal. Assim, conclui-se que o veículo não apenas reportou o episódio, mas também lhe conferiu visibilidade pública como um caso de ataque institucional marcado por desigualdade de gênero. Esse resultado confirma os objetivos propostos e reafirma a importância do jornalismo como agente na denúncia e no enfrentamento de práticas que ameaçam a participação democrática das mulheres na política brasileira.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. ***Análise de conteúdo***. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério das Mulheres. Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados; Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal. **Mais mulheres no poder, mais democracia**. Brasília, 2024.

CASTELLS, Manuel. ***A sociedade em rede***. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DE ALBUQUERQUE URQUIZA, Marconi; MARQUES, Denilson Bezerra. **Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica**. *Entretextos*, v. 16, n. 1, p. 115-144, 2016.

DUAILIBI, Júlia. **'Me senti agredida, mas saio fortalecida', diz Marina Silva após ofensas em comissão do Senado**. G1, 27 maio 2025. Disponível em: https://g1.G1.com/politica/blog/julia-duailibi/post/2025/05/27/marina-silva-entrevista.zsazghtml. Acesso em: 27 nov. 2025.

FRANCO, Adriana Alves. **Violência política de gênero: do conceito à realidade brasileira**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-23062022-201708/. Acesso em: 15 out. 2025.

G1. **Bate-boca entre Marina e senador ocorreu durante reunião sobre reservas extrativistas***; entenda o contexto*. G1 Meio Ambiente, 27 maio 2025. Disponível em: https://g1.G1.com/meio-ambiente/noticia/2025/05/27/bate-boca-entre-marina-e-senador-ocorreu-durante-reuniao-sobre-reservas-extrativistas-entenda-o-contexto.ghtml. Acesso em: 27 nov. 2025.

G1. **Marina Silva é ofendida por parlamentares, tem microfone cortado e se retira de sessão no Senado.** Jornal Nacional, 27 maio 2025. Disponível em: https://g1.G1.com/jornal-nacional/noticia/2025/05/27/marina-silva-e-ofendida-por-parlamentares-tem-microfone-cortado-e-se-retira-de-sessao-no-senado.ghtml.Acesso em: 27 nov. 2025.

G1. **"Me senti agredida fazendo meu trabalho", diz Marina após bate-boca em comissão do Senado**. G1 Política, 27 maio 2025. Disponível em: https://g1.G1.com/politica/noticia/2025/05/27/me-senti-agredida-fazendo-meu-trabalho-diz-marina-apos-bate-boca-em-comissao-do-senado.ghtml. Acesso em: 27 nov. 2025.

G1. **O que motivou ataques a Marina Silva no Senado: "Fui agredida fazendo meu trabalho"**. G1 Política, 28 maio 2025. Disponível em: https://g1.G1.com/politica/noticia/2025/05/28/o-que-motivou-ataques-a-marina-silva-no-senado-fui-agredida-fazendo-meu-trabalho.ghtml. Acesso em: 27 nov. 2025.

G1. **Senador discute com Marina em comissão: "A senhora não é mais ética que ninguém***"*. G1 Política, 27 maio 2025. Disponível em: https://g1.G1.com/politica/noticia/2025/05/27/senador-discute-com-marina-em-comissao-a-senhora-nao-e-mais-etica-que-ninguem.ghtml. Acesso em: 27 nov. 2025.

HEINEN, Luana Renostro; PASSOS, Joana Célia dos; GASPARETTO, Vera Fátima; LIMA, Patrícia de Moraes. **Guia de direitos diante da violência política contra mulheres: orientações sobre prevenção e responsabilização**. 1. ed. Florianópolis: Habitus, 2025.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOPES, Twig Santos. **Violência política contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.

NERY, **Natuza. Marina Silva, embate no Senado e o esforço de calar mulheres na política.** G1 – Blog da Natuza Nery, 27 maio 2025. Disponível em: https://g1.G1.com/politica/blog/natuza-nery/post/2025/05/27/marina-silva-embate-senado-calar.ghtml. Acesso em: 27 nov. 2025.

ONU Mulheres. **Brasil ocupa a 133ª posição no ranking global de representação parlamentar de mulheres**. ONU Mulheres, 15 abr. 2025. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/noticias/brasil-ocupa-a-133a-posicao-no-ranking-global-de-representacao-parlamentar-de-mulheres/. Acesso em: 26 nov. 2025.

SADI, Andréia. ***Ataque a Marina Silva pode ser enquadrado no Código Penal*.** G1 – Blog da Andréia Sadi, 27 maio 2025. Disponível em: https://g1.G1.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2025/05/27/ataque-a-marina-silva-pode-ser-enquadrado-no-codigo-penal.ghtml. Acesso em: 27 nov. 2025.

SIMÕES, Isabella de Araújo Garcia. **A sociedade em rede e a cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação.** *Revista Eletrônica Temática*, ano V, n. [completar], 2009.

## 5. USO DE FONTES, RECURSOS E ORIGINALIDADE

### a) Declaração de originalidade

Eu, Camily Oliveira Silva Araújo portador(a) do CPF declaro para os devidos fins que o trabalho intitulado “VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA PAUTA JORNALÍSTICA: ANÁLISE DA COBERTURA DO PORTAL *G1 DO* CASO DA MINISTRA MARINA SILVA**”** é de minha autoria, realizado com total originalidade e sem plágio. As fontes e referências utilizadas foram devidamente citadas conforme as normas estabelecidas.

ASSINATURA ELETRÔNICA (Gov.br ou outro)
Camily Olivera Silva Araújo

**b) Quando do Uso de Inteligência Artificial (IA) para pesquisas**

Lista de *prompts* utilizados para auxiliar nas pesquisas deste trabalho científico:

– “Chat, revisa esta parte da minha introdução de acordo com as normas da ABNT.”
– “Reformula este parágrafo mantendo o sentido original, mas com maior clareza e coesão.”
– “Como faço a citação ABNT desta cartilha publicada pelo Ministério das Mulheres?”
– “Padronize esta referência conforme a NBR 6023.”
– “Sugira uma forma de apresentar as tabelas e gráficos resultantes da análise.”
– “Explique os principais pontos da metodologia de análise de conteúdo de Bardin.”
– “Como posso escrever as considerações finais com foco na síntese dos resultados?”